



Ata da Segunda Rodada de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina

Pauta: Realização da *segunda rodada* de Oficinas Territoriais de Revisão do Plano Diretor de Angelina, sendo a primeira, na **Área Territorial de Barra Clara**. A Oficina Territorial ocorreu no dia 09 de maio de 2023, de modo presencial, no Salão da Igreja de Barra Clara. O objetivo dessa rodada de Oficinas Territoriais é apresentar os principais eixos e diretrizes do Plano Diretor Participativo de Angelina que foram elaborados a partir da Leitura da Cidade.

Redação da Ata: Nathália Sander e Maria Carolina Romi - Equipe Técnica UFSC

Revisão da Ata: Maria Carolina Romi - Equipe Técnica UFSC

Primeira Parte - Apresentação

O Sr. Michael Soares, da Prefeitura de Angelina, chama todos os presentes para iniciar a Oficina Territorial às 18:53. Cumprimenta todos os presentes, agradecendo a presença de todos e fala sobre a importância da presença da população nas oficinas territoriais.

A Sra. Maria de Fátima questiona se a apresentação de slides da oficina territorial será disponibilizada posteriormente, a pedido da Associação de Moradores de Barra Clara. Samuel responde que sim; além da apresentação, será disponibilizada a gravação e a ata da oficina territorial.

O Professor Samuel Steiner inicia sua fala se apresentando e cumprimentando todos os presentes. Explica que a segunda rodada de oficinas territoriais marca uma nova etapa do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo, na qual se discutirá o conteúdo do Plano. Complementa que o objetivo da oficina territorial é apresentar as diretrizes e eixos estratégicos da revisão do Plano Diretor, que serão a base da discussão da oficina territorial, e que é importante que os presentes comentem sobre o conteúdo que será apresentado.

O Sr. Samuel apresenta os integrantes da Equipe Técnica da UFSC que estão presentes na oficina e comenta sobre a multidisciplinaridade de toda a equipe.



O Sr. Samuel fala sobre a estrutura da apresentação: ela será dividida em dois blocos, cada qual com temas específicos a serem abordados. Após a apresentação de cada bloco, haverá um tempo para discussão entre os presentes.

O Sr. Samuel apresenta a relação tripartite responsável pela elaboração do Plano Diretor. Comenta novamente o objetivo desta oficina, apresentando o cronograma das oficinas nas demais localidades e relembra os presentes da divisão do município em áreas territoriais.

O Sr. Samuel comenta sobre o pacto de convivência para o bom desenvolvimento das oficinas territoriais. Ressalta a importância das contribuições dos participantes e sobre o tempo de fala de 02 minutos para as falas nos momentos de debate.

A segunda rodada de oficinas territoriais se insere na terceira etapa do processo de revisão do Plano Diretor, que será seguida da elaboração da versão preliminar da lei. Posteriormente, o anteprojeto de lei será disponibilizado para consulta pública e será discutido na Conferência Final. Por fim, haverá a sua votação na Câmara dos Vereadores.

O Sr. Samuel expõe as atividades participativas elaboradas no processo do Plano Diretor até o momento e os canais de mídias sociais do projeto. Retomando informações da primeira rodada de oficinas territoriais, o Sr. Samuel comenta que os aspectos positivos levantados em Barra Clara foram: saúde, qualidade de vida e saneamento básico. Os principais pontos negativos levantados foram: saneamento básico, infraestrutura urbana e esporte, cultura e lazer. Mostra também como foram elaborados os documentos que compõem a Leitura da Cidade.

O Sr. Samuel comenta que os produtos elaborados pela equipe técnica da UFSC até o momento foram disponibilizados no site do projeto (www.participaangelina.ufsc.br), são eles: Leitura Comunitária, Leitura Técnica e Síntese da Leitura da Cidade.

O Sr. Samuel explica o processo de elaboração da Síntese da Leitura da Cidade, que consiste na união das informações coletadas no questionário online, nas oficinas territoriais e na Leitura Técnica. Apresenta alguns dos principais aspectos verificados, assim como as principais expectativas da população. Os aspectos levantados foram sistematizados nas seguintes dimensões: uso e ocupação do solo, ambiental, infraestrutura urbana, economia e gestão pública.



O Sr. Samuel explica que, a partir dos problemas levantados, foram elaboradas diretrizes, que são estratégias de enfrentamento dos problemas. Comenta também que a elaboração dessas diretrizes foi guiada por princípios, que são valores éticos que guiam as proposições do Plano. As diretrizes elaboradas foram sistematizadas em dois grupos: diretrizes bastante aderentes e diretrizes parcialmente aderentes. Explica, que, das diretrizes elaboradas, 24 delas tem uma aderência muito forte ao Plano Diretor, e são essas que serão apresentadas à população na segunda rodada de oficinas territoriais. As diretrizes muito aderentes foram organizadas em 6 eixos estratégicos, são eles: centralidades e distribuição de equipamentos, planejamento e expansão urbana, regularização fundiária, desenvolvimento rural, meio ambiente e áreas verdes e zoneamento e parâmetros de uso e ocupação. O Sr. Samuel comenta brevemente como os conteúdos estão organizados nestes eixos e explica que, dentre os eixos apresentados, o eixo de zoneamento e parâmetros de uso e ocupação não será apresentado nesta rodada de oficinas territoriais.

O Sr. Samuel explica como serão divididos os blocos a serem apresentados na sequência e inicia a apresentação do primeiro bloco. Os dois blocos da oficina territorial abordarão: princípios do PDP, centralidades e equipamentos; e Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes.

Segunda Parte – Bloco 01: Princípios do PDP, Centralidades e equipamentos e Planejamento da expansão urbana

O Sr. Samuel inicia a apresentação do Bloco 01 de discussão, apresentando os princípios que guiam as proposições do Plano Diretor, são eles: a permanência e qualificação da vida no campo e das comunidades rurais, aspecto que despontou como prioridade para o município de Angelina nas Leituras; a equidade territorial, para justa distribuição dos serviços e equipamentos; equilíbrio socioambiental, para compatibilizar ocupação urbana com as condicionantes ambientais do território, ressaltando que este é um ponto relevante para Angelina; a racionalização e otimização dos custos da urbanização, para uma expansão cuidadosa e incentivo à compacidade e integração; a função social da cidade e da propriedade; e a gestão democrática da cidade.

O Sr. Samuel expõe o primeiro eixo estratégico, das centralidades e distribuição de equipamento e as diretrizes desenvolvidas para este tema. Explica sobre o conceito de



centralidades e fala sobre Barra Clara apresentar uma configuração de equipamentos públicos convergentes, quando comparada a outras localidades do município, cujos equipamentos se localizam de forma mais dispersa no território. Cita equipamentos que podem compor o sistema de equipamentos públicos das localidades, como: educação básica, saúde básica, espaços públicos, de lazer, de cultura, incentivo ao comércio local, suporte ao cidadão.

O Sr. Samuel apresenta os dados recolhidos na Leitura Comunitária acerca dos equipamentos que a população de Angelina mais sente falta. Ao apresentar o mapa de Angelina no qual as localidades urbanas estão demarcadas, explica que algumas das localidades do município se encontram muito mais contidas no raio de influência de municípios vizinhos que no de Angelina; comenta que, por esse motivo, uma das propostas da revisão é reconhecer o Rio Novo como um núcleo urbano municipal que pode dar suporte a essas localidades do município, situadas na porção oeste do município.

O Sr. Samuel apresenta o mapa dos equipamentos urbanos da Macrozona Urbana Central, da Macrozona Urbana de Barra Clara e da Macrozona Urbana do Garcia. Apresenta a Macrozona Rural do Rio Novo e os equipamentos existentes, e fala sobre o crescimento populacional dessa região.

O Sr. Samuel apresenta o mapeamento com as sugestões de rotas prioritárias para transporte público, de maneira a conectar os equipamentos e centralidades existentes. O Sr. Samuel apresenta o resumo das informações dos equipamentos existentes em cada uma das localidades.

A Sra. Cinthia comenta que em novembro de 2022 houve um incêndio na escola de educação básica da Barra Clara. Neste momento, o ginásio de esportes está sendo utilizado para absorver a função da escola, provisoriamente. Comenta também que o espaço da escola incendiada é pequeno e que não comportaria uma ampliação; fala sobre o projeto da Prefeitura de uma nova escola para Barra Clara, cuja localização excede a delimitação do perímetro urbano. Questiona se, nesse caso, seria necessário ampliar o perímetro urbano da macrozona para abranger esse equipamento. O Sr. Samuel comenta que a localização deste novo equipamento é estruturante para Barra Clara, uma vez que pode fortalecer ou dissolver a centralidade da macrozona urbana, a depender de onde será locado. Por esse motivo, ressalta que é importante verificar o planejamento da Secretaria de Educação acerca da construção desta nova escola.



A Sra. Maria de Fátima comenta que o Vice-Prefeito contatou a Granfpolis (Associação de Municípios da Grande Florianópolis) para elaboração do projeto desta escola. O Sr. Samuel enfatiza que é necessário verificar a localização deste equipamento. Agradece as informações e continua a apresentação mostrando as principais diretrizes para o eixo de fortalecimento e desenvolvimento das centralidades.

O Sr. Samuel inicia a apresentação da terceira parte do primeiro bloco, que abordará o planejamento da expansão urbana. Explica que Angelina não está crescendo demograficamente; no entanto, a demanda por expansão urbana em Angelina pouco tem relação com o crescimento demográfico, mas sim, com inadequações e irregularidades no uso e ocupação do solo, que demandam ajustes finos na delimitação dos perímetros urbanos atuais, sobretudo na Macrozona Urbana Sede e no Garcia. Explica que também devem ser reconhecidas outras dinâmicas de ocupação: Coqueiros, Rio Novo e Rio Engano.

Acerca da expansão do perímetro urbano, comenta que estão sendo propostos: no Garcia, a ampliação do perímetro urbano atual e a delimitação de uma nova área urbana à norte, em Coqueiros; em Barra Clara, o perímetro atual será mantido; em Rio Novo, será delimitado um novo perímetro urbano; e, no Centro, o perímetro urbano atual será ampliado em direção à localidade da Linha do Chaves.

O Sr. Samuel apresenta os mapas da topografia do município e a susceptibilidade de movimentos de massa. E inicia a apresentação por áreas territoriais, começando pela área urbana central. Apresenta as restrições ambientais que incidem sobre a macrozona urbana, além dos eventos de deslizamento de terra que ocorreram em dezembro de 2022. Comenta que foram analisados, de maneira mais aproximada, os mapas de suscetibilidade a movimentos de massa, inundação, áreas de preservação, de maneira a identificar as áreas mais propícias para expansão do perímetro urbano.

O Sr. Dauri, presidente do Conselho de Desenvolvimento Territorial, comenta que há um trecho pavimentado da SC-108, para além da delimitação do perímetro urbano atual da macrozona urbana Sede, onde ocorreram fortes movimentos de massa no final de 2022 nesta área.

O Sr. Samuel apresenta a sugestão de ampliação da área central de Angelina. A proposta é de acréscimo de cerca de 45 hectares, na continuidade do perímetro urbano atual, em direção à Linha do Chaves. Expõe que o custo de urbanização de 1



hectare é 800 mil, o que resultaria num custo total de R\$ 36 milhões. Explica sobre a qualificação da área urbana central e apresenta também a compatibilização que deve ser feita para ajustar o perímetro urbano atual da macrozona urbana Sede com ocupações existentes.

Sobre o Garcia, o Sr. Samuel comenta que sua característica de ocupação é linear. Explica que o procedimento para identificação de possíveis áreas de expansão foi o mesmo utilizado no Centro, bem como nas outras áreas territoriais, baseado principalmente na análise das restrições ambientais e da suscetibilidade a riscos. Expõe a proposta de incorporação de Coqueiros como perímetro urbano descontínuo, além da ampliação do perímetro urbano atual ao sul, de forma contínua.

Para Barra Clara, o Sr. Samuel apresenta os mapas de movimentos de massa e inundação, demonstrando que é uma das localidades com melhor possibilidade de ocupação contida no perímetro urbano atual, uma vez que este está inserido em uma área com baixa suscetibilidade a riscos e a inundação. Além de grandes áreas desocupadas e baixo aumento populacional nos últimos anos.

Por fim, apresenta a área territorial do Rio Novo, na qual se propõe a delimitação de um novo perímetro urbano. Explica que isso se deve ao fato de, além de o Rio Novo apresentar características propícias à ocupação, possuir equipamentos públicos que poderiam absorver demandas futuras.

Para concluir, o Sr. Samuel apresenta a síntese das proposições acerca do planejamento e expansão urbana.

Debate – Bloco 01:

O Sr. Samuel questiona os presentes se o que foi apresentado condiz com o que a população espera.

O Sr. Dauri comenta que a expansão do perímetro urbano poderia se dar em direção ao Rio Quebra Dentes, de forma a abranger o terreno público da Prefeitura, onde está prevista a construção da nova escola municipal.

A Sra. Amanda comenta que a educação infantil é uma preocupação muito grande da comunidade de Barra Clara.



O Sr. Adnei pergunta se é obrigatório que a escola esteja em um perímetro urbano. O Samuel responde que não, mas que sua localização deve ser adequada para o acesso da população; reforça a preocupação sobre manter-se a escola infantil em Barra Clara.

O Sr. Samuel comenta que a Leitura da Cidade evidenciou que Barra Clara possui localização estratégica na região, uma vez que cumpre o papel de suporte a várias localidades do município, e, por esse motivo, seria interessante que a nova escola se localizasse nesta área territorial. Complementa explicando que serão feitos estudos nos dois sentidos: de alterar a localização desta escola ou de manter a localização atual, englobando-a ou não no perímetro urbano.

A Sra. Mariza comenta que, a seu ver, o investimento de ampliação do perímetro urbano de Barra Clara, para abranger a futura escola, seria muito superior ao de compra de um terreno no interior do perímetro atual para construção da nova escola, sendo a segunda opção mais viável financeiramente ao município.

O Sr. Dauri chama atenção para o fato de a população residente de Rio Novo utilizar a cidade de Leoberto Leal para transações financeiras, e que aponta para a necessidade de instalação de um Banco ou uma Cooperativa na região para dinamizá-la economicamente. O Sr. Elson concorda com o Sr. Dauri.

O Sr. Michael comenta que a escola é um equipamento que dinamiza Barra Clara, por isso, seria interessante mantê-la nesta macrozona urbana. Expõe a dificuldade para a Prefeitura de investimento para a instalação de uma nova escola, e que seria improvável sua instalação na região do Quebra Dentes, por ser muito isolada. O Sr. Samuel questiona se existem terrenos de propriedade da Prefeitura no centro da cidade, a fim de vislumbrar soluções como a permuta de terrenos com valor semelhante, para que a escola possa ser locada em Barra Clara. O Sr. Michael responde que sim; há um terreno próximo ao campo de futebol de areia que é da Prefeitura e que essa será uma discussão a ser levada para a Prefeitura. Comenta também que a compra do terreno poderia se dar por meio de emendas parlamentares, mas que desconhece os meios legais que viabilizaram isso.

O Sr. Elson comenta que uma possibilidade seria conversar com donos de terrenos, acerca de outras possibilidades de propostas.

O Sr. Samuel concorda com Michael, falando da dificuldade de manutenção de uma escola em local isolado. O Sr. Elson também concorda.



A Sra. Maria de Fátima questiona o fato de a Prefeitura estar buscando investimentos federais para a implementação da Escola em uma localização que não se julga adequada. O Sr. Michael responde que esse processo é muito demorado, e dá o exemplo de uma cidade vizinha que levou seis anos para aprovação do projeto e recebimento da verba do Governo Federal, explicando que é por este motivo que estão buscando a aprovação do projeto e do recurso, para depois definirem com precisão o terreno.

O Sr. Dauri reforça a urgência dessa demanda.

O Sr. Michael comenta que algumas decisões do poder público são tomadas de forma precipitada devido à pressão popular. Comenta também que considera impossível a aquisição de um terreno pela Prefeitura Municipal. E que, particularmente, considera importante que Barra Clara receba uma nova escola.

Terceira Parte – Bloco 02: Regularização fundiária, Desenvolvimento rural e Meio ambiente e áreas verdes

Às 20h24 o Sr. Samuel inicia a apresentação do conteúdo do segundo bloco de discussão, que irá tratar dos temas: Regularização fundiária; Desenvolvimento rural; e Meio ambiente e áreas verdes.

O primeiro eixo estratégico a ser apresentado é o da regularização fundiária. O Sr. Samuel explica brevemente as características de imóveis passíveis de regularização e daqueles que não são passíveis de regularização, expondo também as principais legislações que estão acima do Plano Diretor para regularização fundiária.

O Sr. Samuel apresenta a classificação dos tipos de áreas passíveis e não passíveis de regularização. O tipo 01 trata dos núcleos urbanos informais, situados fora do perímetro urbano, que possuem características urbanas (presença de infraestrutura urbana, por exemplo), nos quais é justificável a expansão do perímetro urbano. O tipo 02 trata das áreas urbanas consolidadas situadas sobre áreas ambientalmente sensíveis, que deverão ser identificadas no Plano Diretor e serão objeto de estudo socioambiental, que determinará sua regularização em caso de não haver riscos de ocupação. O tipo 03 trata dos parcelamentos irregulares situados no interior do perímetro urbano, que foram parcelados irregularmente e podem ser regularizados de



acordo com as condições estabelecidas pelo Plano. O tipo 04 trata das áreas não urbanas, com possibilidade de alguns tornarem-se condomínios rurais.

Na sequência, o Sr. Samuel apresenta separadamente as áreas do município onde foram identificados os tipos de áreas passíveis e não passíveis de regularização citadas anteriormente. Inicia com Coqueiros, com a proposta de novo perímetro urbano descontínuo no Garcia. Ainda no Garcia, apresenta os pedidos de regularização de 24 imóveis, que se situam sobre uma área que foi parcelada de maneira irregular. Apresenta a Linha do Chaves, que possui pedidos de regularização dentro do perímetro urbano. Apresenta a Quarta Linha, que possui pedidos de regularização de imóveis com área maior que o módulo fiscal e do ponto de vista da equipe técnica não constitui núcleo urbano informal, possibilitando a criação de condomínio rural. Apresenta uma outra área do centro, com a sugestão de ser englobado pela expansão do perímetro urbano do centro.

A respeito da situação da área do Garcia, o Sr. Michael comenta que a regularização dos imóveis irregulares fora do perímetro urbano está sendo conversada com o Ministério Público. Cita como exemplo o município de Rancho Queimado, que regularizou os parcelamentos irregulares situados fora do perímetro urbano, instituindo condomínios rurais, nos quais os proprietários dos terrenos a serem regularizados arcam com a implantação da infraestrutura urbana. Comenta que é interessante que os pedidos de regularização do Garcia sejam atendidos, desde que a instalação de infraestrutura urbana fique a cargo do empreendedor privado, não da Prefeitura, como ocorrido em Rancho Queimado.

O Sr. Walter comenta que grande parte dos imóveis identificados com pedidos de regularização estão desocupados, sem edificação (19 dos 25 imóveis). Por este motivo, o Sr. Samuel comenta que estes imóveis não configuram núcleo urbano consolidado e que é, portanto, uma situação que precisa ser prevenida e contida.

A Sra. Mariza pergunta há quanto tempo existem esses terrenos. Adnei responde que há alguns anos.

O Sr. Gustavo pergunta sobre a dimensão do lote mínimo. O Sr. Samuel explica que isso ainda será definido na próxima etapa, mas que acredita que algumas regiões de Angelina podem ter a área do lote mínimo, que hoje é de 450m², diminuída. Participantes comentam que esse é o caso de Barra Clara. O Sr. Gustavo complementa que lotes muito grandes podem acarretar ocupações em morros e



outras áreas não adequadas. Questiona se a tendência do Plano é estabelecer a definição do lote mínimo em 360m². O Sr. Dauri responde que o estabelecimento do lote mínimo em 360m²; essa definição foi votado pelo Conselho de Desenvolvimento e em Audiência Pública.

O Sr. Gustavo comenta que é interessante que a testada mínima não seja muito ampla, sobretudo nos casos onde se tem uma disposição linear dos lotes ao longo dos logradouros, onde lotes podem ter maior profundidade, como em Barra Clara.

O Sr. Samuel fala sobre essa ter sido uma das principais discussões do Plano Diretor desenvolvido em Nova Serrana, em Minas Gerais. E comenta que o objetivo é propor dimensões de lote e testada que garantam condições mínimas de qualidade ao espaço urbano.

O Sr. Gustavo questiona se o Plano Diretor irá abordar a regulamentação dos condomínios rurais. O Sr. Samuel responde que sim, e que será apresentado a seguir.

Acerca das Áreas Especiais de interesse Social, o Sr. Samuel comenta que a sugestão da revisão do Plano Diretor de AEIS na área de expansão do perímetro do Centro e Garcia é a destinação de 5% de cada novo loteamento aprovado para habitação de interesse social, com critérios de localização definidos pela prefeitura. Para finalizar, apresenta a síntese das diretrizes do eixo de regularização fundiária.

Dando sequência à apresentação, o Sr. Samuel aborda o quinto tema, de desenvolvimento rural. Expõe sobre o aumento da demanda nacional por condomínios rurais e a regulamentação dos condomínios rurais.

O Sr. Michael comenta novamente sobre o município de Rancho Queimado, explica que por conta dessas regulamentações o município hoje conta com uma arrecadação de R\$31 milhões/ano de tributos municipais, que supera em R\$6 milhões a soma da arrecadação dos tributos municipais, estaduais e federais de Angelina, e muito disso se deve à regulamentação dos condomínios rurais.

O Sr. Samuel explica sobre a importância de estabelecer um conjunto de critérios para que a regularização das ocupações desse tipo aconteçam de maneira a possibilitar o estabelecimento dos condomínios rurais, mas que isso não prejudique o desenvolvimento das áreas rurais, acarretando a valorização imobiliária e conseqüente expulsão da população que vive no campo, por exemplo.



Com base na consulta de planos diretores que regulamentam os condomínios rurais, o Sr. Samuel apresenta a sugestão de critérios elaborada até o momento para a implementação dos condomínios rurais, que são: áreas de baixa aptidão agrícola, com perda da característica produtiva; certa proximidade das áreas urbanas existentes (áreas urbanas consolidadas); proximidade a vias estruturantes e sem condicionantes ambientais; número limitado de unidades habitacionais; fração ideal relativamente grande, sendo a sugestão que seja maior ou igual à 1mil m²; contrapartidas do proprietário ao município e se responsabilização por serviços básicos, como o saneamento básico; possibilidade de criar uma macrozona específica, que viabiliza também outras atividades econômicas (industriais de baixíssimo impacto, ecoturismo, entre outros).

O Sr. Samuel apresenta os mapas que mostram os equipamentos urbanos existentes, as principais vias municipais, a suscetibilidade a riscos e a sugestão das áreas para condomínios rurais. Menciona normas que legislam sobre a área rural, que podem dar suporte à regulamentação dos condomínios rurais em Angelina. Complementando, mostra o mapa de solos e aptidão agrícola do município, que justifica a implantação dos condomínios rurais nas áreas demarcadas no mapa anterior.

O Sr. Samuel inicia a apresentação sobre o sexto tema, que são as áreas verdes e o meio ambiente. Explica que a regularização da ocupação de áreas ambientalmente protegidas pode se dar somente em caso de essa ocupação constituir núcleo urbano consolidado, mediante estudos socioambientais. Estes, por sua vez, devem reunir as características definidas pela Lei Federal nº 14.285/2021.

O Sr. Samuel apresenta o mapeamento das áreas urbanas consolidadas na Macrozona Central, e explica que o Plano Diretor deve demarcar as mesmas áreas nas demais regiões do município. Na sequência, apresenta o mapeamento das APPs existentes em Angelina, além das sugestões de delimitação de áreas verdes estruturantes para o município.

A primeira área verde sugerida localiza-se no Centro, contida na área de possível expansão urbana. A segunda, no Garcia, contida no interior do perímetro urbano atual, como uma proposta de parque linear. A terceira área localiza-se em Barra Clara, próximo aos equipamentos urbanos existentes. A quarta área, em Rio Novo, no novo perímetro urbano a ser delimitado. E por fim, a área da Barragem do Garcia, com um potencial de qualificação do espaço para criação de uma área de lazer. O Sr. Samuel



explica que a viabilização dessas áreas acontece através do instrumento de direito de preempção.

Debate – Bloco 02:

O debate do segundo bloco de conteúdos se inicia às 21h20. O Sr. Samuel reforça que o formulário *online* está aberto para contribuições, mas que o momento de discussão nas oficinas territoriais é importante para que todos debatam em conjunto.

O Sr. Elson comenta que uma das principais dificuldades do município são os acessos, que são escassos, pouco qualificados e com manutenção precária; não há planejamento de manutenção nem de melhorias deles por parte do Poder Público. Complementa dizendo que os acessos aos outros municípios são mais qualificados que os acessos das localidades à Sede do município. Comenta também sobre o enfraquecimento do setor de comércio e serviços que é experienciado pelo município.

O Sr. Gustavo questiona se o diagnóstico socioambiental do município já está sendo elaborado. O Sr. Michael responde que deverá ser contratado na sequência da finalização do processo de revisão do Plano Diretor; comenta que deveria estar sendo realizado paralelamente à revisão do Plano Diretor, mas não está sendo feito por restrições orçamentárias da Prefeitura.

O Sr. Gustavo reforça a importância do desenvolvimento destes estudos para Angelina, que possui fragilidades ambientais em grande parte de seu território. O Sr. Samuel concorda e complementa dizendo que o Plano Diretor não pode regularizar ou incentivar a ocupação de áreas reconhecidas como de risco pelo diagnóstico socioambiental; em outras palavras, o Plano Diretor não pode legitimar riscos reconhecidos.

A Sra. Mariza fala que Barra Clara foi muito esquecida pelos últimos governos municipais, exemplificando que o calçamento é precário, não há sistema público de abastecimento de água, entre outros.

O Sr. Gustavo comenta que Barra Clara representa um caso de necessidade de qualificação da área urbana, não de expansão. A Sra. Mariza, o Sr. Elson e a Sra. Maria de Fátima concordam e reforçam a necessidade de qualificação e presença do poder público na região.



O Sr. Michael fala que na atual gestão não foi possível fazer nenhum calçamento novo.

O Sr. Acácio fala sobre a necessidade de maior visibilidade e atenção à região de Barra Clara e também da melhoria da qualidade das obras públicas, cujo cunho político, a seu ver, atrapalha o serviço público. O Sr. Samuel concorda e complementa dizendo que os ciclos políticos da atuação do poder público condicionam a pouca efetividade do Plano Diretor.

Encerramento

O Sr. Samuel fala que o material será disponibilizado no site do projeto até quinta-feira (11/05). Agradece a participação de todos e convida para uma foto final.

Lista de Presença Oficina Territorial de Barra Clara

Qnt	Nome	Bairro	Entidade
1	Cinthia Furbringer	Barra Clara	CDTA Suplente
2	Gustavo Roberge Goedert	Barra Clara	-
3	Acacio Luiz Goedert	Barra Clara	Morador
4	Maria de Fátima Teixeira de Melo	Barra Clara	CTBA
5	Mariza Heiderschidt	Barra Clara	-
6	Amanda de Melo	Barra Clara	Diretora Escola / Moradora
7	Moacir A. Martins	Barra Clara	-
8	Dauri Exterkoether	Centro	CDTA
9	Michael Soares	Centro	Prefeitura
10	Adinei Boaventura	Centro	Prefeitura
11	Elson Goedert de Melo	Barra Clara	-
12	Walter Souza R. Junior	Centro	CDTA



Equipe Técnica da UFSC presente na Oficina Territorial de Barra Clara

Qnt	Nome	Atividade
1	Samuel S. dos Santos	Condução da Oficina
2	Nathália Sander	Redação da Ata
3	Maria Carolina Romi	Redação da Ata
4	Mariana Panzera	Apoio
5	Marcio de França Santos	Apoio